



UNIVERSIDADE DE SANTA CATARINA

# 2º Simulado

# SEFAZ SC

# Pós-editais

PALÁCIO BARRIGA VERDE

# Simulado

## SEFAZ-SC

Nome: \_\_\_\_\_

### INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO EXCLUSIVO

- 1 – Este provão conta com questões focadas no concurso da SEFAZ-SC;
- 2 – A prova contém **100 questões** que abordam conhecimentos cobrados nos últimos editais do concurso;
- 3 – As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil dos últimos concursos da SEFAZ-SC.
- 4 – Este PDF foi enviado por e-mail, disponibilizado na área do aluno e em um artigo publicado no blog do Estratégia Concursos;
- 5 – Os participantes têm das **8:30 às 13:30** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 6 – O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado na última página deste PDF;
- 7 – O Gabarito do Simulado e o Ranking Classificatório com nota serão divulgados no [blog do Estratégia Concursos](#).

PREENCHA SEU GABARITO NO LINK - <https://bit.ly/Simulado-SEFAZ-SC-13-11>

- |                |                |                |                 |
|----------------|----------------|----------------|-----------------|
| 01 – A B C D E | 26 – A B C D E | 51 – A B C D E | 076 – A B C D E |
| 02 – A B C D E | 27 – A B C D E | 52 – A B C D E | 077 – A B C D E |
| 03 – A B C D E | 28 – A B C D E | 53 – A B C D E | 078 – A B C D E |
| 04 – A B C D E | 29 – A B C D E | 54 – A B C D E | 079 – A B C D E |
| 05 – A B C D E | 30 – A B C D E | 55 – A B C D E | 080 – A B C D E |
| 06 – A B C D E | 31 – A B C D E | 56 – A B C D E | 081 – A B C D E |
| 07 – A B C D E | 32 – A B C D E | 57 – A B C D E | 082 – A B C D E |
| 08 – A B C D E | 33 – A B C D E | 58 – A B C D E | 083 – A B C D E |
| 09 – A B C D E | 34 – A B C D E | 59 – A B C D E | 084 – A B C D E |
| 10 – A B C D E | 35 – A B C D E | 60 – A B C D E | 085 – A B C D E |
| 11 – A B C D E | 36 – A B C D E | 61 – A B C D E | 086 – A B C D E |
| 12 – A B C D E | 37 – A B C D E | 62 – A B C D E | 087 – A B C D E |
| 13 – A B C D E | 38 – A B C D E | 63 – A B C D E | 088 – A B C D E |
| 14 – A B C D E | 39 – A B C D E | 64 – A B C D E | 089 – A B C D E |
| 15 – A B C D E | 40 – A B C D E | 65 – A B C D E | 090 – A B C D E |
| 16 – A B C D E | 41 – A B C D E | 66 – A B C D E | 091 – A B C D E |
| 17 – A B C D E | 42 – A B C D E | 67 – A B C D E | 092 – A B C D E |
| 18 – A B C D E | 43 – A B C D E | 68 – A B C D E | 093 – A B C D E |
| 19 – A B C D E | 44 – A B C D E | 69 – A B C D E | 094 – A B C D E |
| 20 – A B C D E | 45 – A B C D E | 70 – A B C D E | 095 – A B C D E |
| 21 – A B C D E | 46 – A B C D E | 71 – A B C D E | 096 – A B C D E |
| 22 – A B C D E | 47 – A B C D E | 72 – A B C D E | 097 – A B C D E |
| 23 – A B C D E | 48 – A B C D E | 73 – A B C D E | 098 – A B C D E |
| 24 – A B C D E | 49 – A B C D E | 74 – A B C D E | 099 – A B C D E |
| 25 – A B C D E | 50 – A B C D E | 75 – A B C D E | 100 – A B C D E |

**PORTUGUÊS**

Luiz Felipe

**Questão de ênfase**

A ênfase é um modo suspeito de expressão. Se há casos em que ela se torna indispensável, como nas tragédias ou na comicidade extrema, na maioria das vezes é um artifício do superficial que se deseja profundo, do lateral que aspira ao centro, do insignificante que se pretende substancial. É a fala em voz gritada, o gargalhar sistemático, a cadeia de interjeições, a produção de caretas, o insistente franzir do cenho, o repetitivo arquear de sobrelhas, a pronúncia caprichosa de palavras e frases que se querem sentenciosas e inesquecíveis. Na escrita, a ênfase acusa-se na profusão de exclamações, na sistemática caixa alta, nos grafismos espaçosos. Na expressão oral, a ênfase compromete a verdade de um sentimento já de si enfático: despeja risadas antecipando o final da própria piada, força o tom compungido antes de dar a má notícia e se marca no uso indiscriminado de termos como “com certeza” e “literalmente”, por exemplo: “Esse aluno está literalmente dando o sangue na prova de Física.” Com a ênfase, todos os gestos compõem uma dramaturgia descontrolada. A ênfase também parece desconfiar do alcance de nossa percepção usual, e nos acusa, se reclamamos do enfático. Este sempre acha que ficaremos encantados com a medida do seu exagero, e nos atribui insensibilidade se não o admiramos. Em suma: o enfático é um chato que se vê como um superlativo. Machado de Assis, por exemplo, não suportava gente que dissesse “Morro por doce de abóbora!”. Por sua vez, o poeta Manuel Bandeira enaltecia a “paixão dos suicidas que se matam sem explicação”. Já o enfático vive exclamando o quão decisivo é ele ser muito mais vital do que todos os outros seres humanos.

**01.** A suspeição da expressão enfática advém:

- a) do uso desproporcional da voz
- b) das técnicas utilizadas na escrita, como as exclamações
- c) da necessidade de uso de expressões faciais de forma desmedida
- d) da acusação que esse artifício faz em relação ao que reclama
- e) do fato de ela poder ser usada como recurso de engano

**02.** As ideias dos escritores citados no texto

- a) se complementam
- b) se referem a assuntos diferentes

- c) são antagônicas
- d) reforçam a opinião do autor
- e) vão de encontro ao que foi apresentado anteriormente.

**03.** Em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa, as lacunas devem ser preenchidas, respectivamente, por:

- I - O entardecer era sempre dedicado \_\_ sua saúde.
  - II - O silêncio \_\_ que me refiro é interno ao meu ser.
  - III - Sempre disposto \_\_ ajudar, \_\_ noite respondia aos e-mails.
- a) a - à - a - a
  - b) à - a - a - à
  - c) à - à - a - à
  - d) a - a - à - a
  - e) à - a - à - a

**04.** O trecho que apresenta uma partícula expletiva sublinhada está em:

- a) Ainda que houvesse oportunidade, os candidatos não voltariam.
- b) Se todos concordassem, não haveria necessidade de reagendamento
- c) Haveria lá, naquela casa, uma alegria constante.
- d) A artista não participará dos últimos dias de evento.
- e) É a máquina que faz todo o trabalho pesado.

**05.** Os termos sublinhados em I, II e III apresentam-se respectivamente como

- I - E se marca no uso indiscriminado de termos como “com certeza” e “literalmente”
  - II - Se há casos em que ela se torna indispensável
  - III - O enfático é um chato que se vê como um superlativo
- a) pronome reflexivo, parte integrante do verbo, conjunção.
  - b) partícula apassivadora, conjunção, pronome reflexivo.
  - c) pronome reflexivo, conjunção, parte integrante do verbo.

- d) partícula apassivadora, conjunção, parte integrante do verbo.
- e) parte integrante do verbo, pronome reflexivo, pronome reflexivo.

### TEXTO II

Já tive muitas capas e infinitos guarda-chuvas, mas acabei me cansando de tê-los e perdê-los; há anos vivo sem nenhum desses abrigos, e também, como toda gente, sem chapéu. Tenho apanhado muita chuva, dado muita corrida, me plantado debaixo de muita marquise, mas resistido.

Ontem, porém, choveu demais, e eu precisava ir a três pontos diferentes do bairro. Pedi ao moço de recados, quando veio apanhar a crônica para o jornal, que me comprasse um chapéu-de-chuva que não fosse vagabundo demais, mas também não muito caro. Ele me comprou um de pouco mais de trezentos cruzeiros.

Depois de cumprir meus afazeres voltei para casa, pendurei o guarda-chuva a um canto e me pus a contemplá-lo. Senti então uma certa simpatia por ele; meu velho rancor contra os guarda-chuvas cedeu a um estranho carinho, e eu mesmo fiquei curioso de saber qual a origem desse carinho.

Pensando bem, ele talvez derive do fato de ser o guarda-chuva o objeto do mundo moderno mais infenso a mudanças. Sou apenas um quarentão, e praticamente nenhum objeto de minha infância existe mais em sua forma primitiva.

O guarda-chuva tem resistido. Suas irmãs, as sombrinhas, já se entregaram aos piores desregramentos futuristas e tanto abusaram que até caíram de moda. Ele permaneceu austero, negro, com seu cabo e suas invariáveis varetas.

Reparem que é um dos engenhos mais curiosos que o homem já inventou; tem ao mesmo tempo algo de ridículo e algo de fúnebre, essa pequena barraca ambulante.

Já na minha infância era um objeto de ares antiquados, que parecia vindo de épocas remotas, e uma de suas características era ser muito usado em enterros. Por outro lado, esse grande acompanhador de defuntos sempre teve, apesar de seu feitio grave, o costume leviano de se perder, de sumir, de mudar de dono. Ele na verdade só é fiel a seus amigos cem por cento, que com ele saem todo dia, faça chuva ou sol, apesar dos motejos alheios; a estes, respeita. O freguês vulgar e ocasional, este o irrita, e ele se aproveita da primeira distração para sumir.

(Adaptado de: BRAGA, Rubem. Coisas antigas. In: 200 Crônicas escolhidas. 13. ed. Rio de Janeiro: Record, 1998, p.217-9)

06. O texto II é uma crônica, apresentando trechos
- a) narrativos, por apresentar um enredo construído com verbos no pretérito.
- b) didáticos, porque é um excelente modelo para ensino da valorização da simplicidade.
- c) argumentativos, porque apresenta pontos de vista em relação a um objeto.
- d) informativos, porque traz informações históricas sobre o guarda-chuva.
- e) descritivos, porque relata fatos e situações vividas pelo autor.

07. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de "inverso" (4º parágrafo) por:

- a) indignado
- b) inofensivo
- c) propenso
- d) contrário
- e) tendencioso

08. Os termos sublinhados estão empregados, respectivamente, em sentido

"O guarda-chuva tem resistido. Suas irmãs, as sombrinhas, já se entregaram aos piores desregramentos futuristas e tanto abusaram que até caíram de moda. Ele permaneceu austero, negro, com seu cabo e suas invariáveis varetas."

- a) literal, figurado e literal
- b) literal, figurado e figurado.
- c) figurado, figurado e figurado.
- d) figurado, figurado e literal.
- e) literal, literal e literal

09. O humor está presente em vários trechos do texto. Assinale a alternativa em que isso fica bem evidente.

- a) Depois de cumprir meus afazeres voltei para casa, pendurei o guarda-chuva a um canto e me pus a contemplá-lo.
- b) Já na minha infância era um objeto de ares antiquados, que parecia vindo de épocas remotas, e uma de suas características era ser muito usado em enterros.

- c) Por outro lado, esse grande acompanhador de defuntos sempre teve, apesar de seu feitio grave, o costume leviano de se perder, de sumir, de mudar de dono.
- d) Já tive muitas capas e infinitos guarda-chuvas, mas acabei me cansando de tê-los e perdê-los.
- e) Pensando bem, ele talvez derive do fato de ser o guarda-chuva o objeto do mundo moderno mais infenso a mudanças.

**10.** A personificação é um recurso expressivo que consiste em atribuir propriedades humanas a uma coisa, a um ser inanimado ou abstrato. Verifica-se a ocorrência desse recurso expressivo no seguinte trecho:

- a) "[...] ele talvez derive do fato de ser o guarda-chuva o objeto do mundo moderno mais infenso a mudanças" (4º parágrafo)
- b) "[...] há anos vivo sem nenhum desses abrigos [...]" (1º parágrafo)
- c) "Ele na verdade só é fiel a seus amigos cem por cento [...]" (7º parágrafo)
- d) "Senti então uma certa simpatia por ele" (3º parágrafo)
- e) "Reparem que é um dos engenhos mais curiosos que o homem já inventou" (6º parágrafo)

### **RACIOCÍNIO CRÍTICO E LÓGICO**

Carlos Henrique

**11.** De uma pequeníssima amostra de 120 alunos do Estratégia Concursos, verificou-se que 60 farão prova para SEFAZ AM, 40, para SEFAZ PA e 40, para outros concursos. Verificou-se, também, que alguns farão concurso para SEFAZ AM e para a SEFAZ LPA. Quantos alunos farão a prova para SEFAZ AM e para SEFAZ PA?

- a) 10
- b) 12
- c) 15
- d) 18
- e) 20

O dono de uma sorveteria quis saber a preferência de seus clientes sobre três sabores: morango, pistache e framboesa. Para isso, elaborou uma ficha em que cada cliente marcaria com um X quais sabores eram de sua preferência, podendo marcar quantos sabores quisesse. O resultado foi o seguinte: 27 clientes marcaram os três sabores, 50 marcaram os sabores morango e pistache, 48 marcaram pistache e framboesa, 52 marcaram morango e framboesa, 80 marcaram framboesa, 78 marcaram morango e 82 marcaram pistache.

Diante do exposto, resolva as questões **12 e 13**.

**12.** Se todos os clientes marcaram pelo menos um sabor e preencheram somente uma ficha cada, então o total de clientes consultados é igual a:

- a) 114
- b) 115
- c) 116
- d) 117
- e) 118

**13.** A quantidade de clientes que gostam somente um dos sabores é igual a:

- a) 16
- b) 17
- c) 18
- d) 20
- e) 21

**14.** Considere o seguinte argumento lógico:  
*p1: ou João é ateu ou Carla não é evangélica;*  
*p2: João irá ao Rio de Janeiro se e somente se Carla também for;*  
*p3: Carla é evangélica se e somente se for à igreja aos domingos;*  
*P4: ou Carla vai à igreja aos domingos ou irá ao Rio de Janeiro*

Sabendo-se que Carla não vai à igreja aos domingos, conclui-se que:

- a) Carla e João não são evangélicos.
- b) Carla não é atea, mas é evangélica.
- c) Carla não é evangélica, nem irá ao Rio de Janeiro.

- d) Nem João é ateu, nem Carla é evangélica  
e) João é ateu e Carla não é evangélica

**15.** Se não é verdade que, no ano passado, em todos os domingos, se fazia sol, Renata passeava de moto, então, no ano passado,

- a) em nenhum domingo que não fez sol, Renata passeou de moto.  
b) em todos os domingos que não fez sol, Renata não passeou de moto.  
c) houve pelo menos um domingo em que não fez sol e Renata passeou de moto  
d) em todos os domingos fez sol e Renata passeou de moto.  
e) houve ao menos um domingo em que fez sol e Renata não passeou de moto.

**16.** Em um silogismo, o *termo médio* é o termo que aparece em ambas as premissas. Assinale a alternativa que apresenta corretamente qual é o termo médio do seguinte silogismo:

Todo homem é mortal.

Nenhum mortal é pedra.

Logo, nenhum homem é pedra.

- a) Mortal.  
b) Pedra.  
c) Todo.  
d) Nenhum.  
e) Homem.

**17.** Considere:

*As estatísticas criminais do estado de São Paulo relativas a abril apontam aumento em quase todos os crimes com exceção dos homicídios, que caíram. [...]*

*O homicídio tem sido um importante termômetro da efetividade das ações públicas na segurança: sua queda refletiria o aumento do investimento no policiamento.*

*Contudo, permanece sem resposta o motivo pelo qual o investimento no policiamento não produz efeitos sobre os demais crimes. Essa compreensão passa pelo entendimento da lógica dos diferentes crimes.*

*(Dias, Camila Nunes. Folha de S.Paulo, 25.05.13. Disponível em:*

*<http://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2013/05/1284840-analise-queda-doshomicidios-apontalogica-empresarial-de-bandidos.shtml>)*

Considerando o contexto descrito no fragmento acima, qual das alternativas abaixo poderia justificar uma diminuição no número de homicídios, acompanhada de um aumento nas demais modalidades de crime, como latrocínio (roubo seguido de morte), furto, roubo e furto de veículos?

- a) O policiamento reprime apenas os crimes mais graves, favorecendo a atuação dos “ladrões de galinha”, que cometem pequenos delitos em que não têm contato direto com as vítimas.  
b) As ações públicas na segurança efetivam-se apenas nos grandes centros urbanos; isso acarreta que os criminosos migrem para as cidades pequenas e médias do interior do estado.  
c) As organizações criminais estão mais sofisticadas: seguindo um modo de ação empresarial, que visa ao lucro, consideram que os homicídios expõem os criminosos e não trazem ganhos financeiros.  
d) A partir de abril, a metodologia na contagem de homicídios foi alterada, passando-se a contabilizar o total de vítimas assassinadas, e não mais o total de ocorrências criminais.  
e) Houve um sensível aumento no número de presos nos últimos meses, o que representou um sério golpe nas principais organizações criminosas que atuam no estado.

**18.** Quando eu era criança, pensava que a felicidade só chegaria quando eu fosse adulto, ou seja, autônomo, respeitado e reconhecido pelos outros como dono do meu nariz. Contrariando essa minha previsão, alguns adultos me diziam que eu precisava aproveitar bastante minha infância para ser feliz, pois, uma vez chegado à idade adulta, eu constataria que a vida era feita de obrigações, renúncias, decepções e duro labor.

Cheguei à conclusão de que, ao longo da vida, nossa ideia da felicidade muda: quando a gente é criança ou adolescente, a felicidade é algo que será possível na idade adulta; quando a gente é adulto, a felicidade é algo que já se foi: a lembrança idealizada (e falsa) da infância e da adolescência como épocas felizes. A

felicidade é uma quimera que seria sempre própria de uma outra época da vida – que ainda não chegou ou

que já passou.

A partir do texto, afirma-se corretamente:

- a) O autor deduz erroneamente que apenas os adultos podem alcançar a felicidade, ressentindo-se, assim, de não ter usufruído os fugazes momentos felizes da infância.
- b) Deduz-se que os adultos que contrariaram a ideia de felicidade manifestada pelo autor quando criança tiveram, eles próprios, uma vida adulta marcada por decepções e renúncias aos projetos forjados na infância.
- c) É conclusão do autor que a felicidade é uma utopia, uma vez que se tem a ilusão de que ela está sempre fora de alcance, ora no passado, ora no futuro.
- d) A ideia que o autor mantinha na infância sobre a possibilidade de alcançar a felicidade quando adulto se confirmou futuramente.
- e) O conselho que o autor recebeu de adultos quando criança possibilitou-lhe aproveitar melhor a infância, época em que imaginava ser de fato feliz.

#### **DIREITO ADMINISTRATIVO**

Antônio Daud

19. Assinale abaixo uma característica do regime próprio de previdência social (RPPS):

- a) regime que alcança todos os ocupantes de cargos públicos.
- b) regime que alcança agentes públicos ocupantes de mandatos eletivos.
- c) vedação à adoção de requisitos diferenciados para concessão de benefícios, ressalvadas as hipóteses previstas na Constituição Federal, a exemplo dos servidores com deficiência.
- d) sujeição a registro pelo tribunal de justiça dos atos de concessão de aposentadoria.
- e) impossibilidade de o regime alcançar agentes públicos exercentes de função de confiança.

20. Segundo prevê a Lei de Improbidade Administrativa, o agente público que doa, culposamente, com finalidade educativa, bens públicos, sem observância das formalidades legais aplicáveis, poderá se sujeitar a sanções de:

- a) ressarcimento integral do dano ao erário e pagamento de multa civil de até 3 vezes o valor do dano causado.
- b) ressarcimento integral do dano ao erário e perda da função pública.
- c) multa de até 100 vezes a remuneração do agente público.
- d) não se sujeita a sanções, dada a finalidade educativa da doação.
- e) ressarcimento integral do dano ao erário e pagamento de multa civil de até 2 vezes o valor do acréscimo patrimonial indevido.

21. Assinale a situação na qual incide a responsabilidade civil objetiva prevista constitucionalmente:

- a) dano decorrente da atuação de estatal exploradora de atividade econômica.
- b) prejuízo decorrente de omissão geral do poder público.
- c) dano causado por detento foragido do sistema penitenciário há um ano.
- d) dano causado a particular por conduta irregular de agente público, pertencente a um tribunal estadual, no exercício de suas funções.
- e) dano causado a particular por agente público que atuou fora de suas atribuições.

22. Marque a alternativa que descreve corretamente instrumento de controle administrativo da atuação estatal:

- a) representação, que consiste em pedido dirigido a outra autoridade para que seja reexaminada determinada decisão.
- b) ação civil pública, para a proteção do patrimônio público e social, do meio ambiente e de outros interesses difusos e coletivos.
- c) ação popular, que vise a anular ato lesivo ao patrimônio público ou de entidade de que o Estado

- participe, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.
- d) pedido de reconsideração, por meio do qual determinada autoridade judicial irá reexaminar sua decisão anterior.
- e) revisão, admitida após surgimento de fatos novos que demonstrem a inadequação da penalidade aplicada.

### **DIREITO CONSTITUCIONAL**

Emerson Bruno

**23.** Art. 5.º. (...) XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

Art. 2º São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário.

Art. 37. VII - o direito de greve será exercido nos termos e nos limites definidos em lei específica.

Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil.

Brasília - DF: Senado Federal, 1988.

Quanto ao grau de eficácia, as normas constitucionais precedentes classificam-se, respectivamente, como de eficácia

- a) programática, plena e contida.
- b) limitada, plena e contida.
- c) contida, limitada e plena.
- d) plena, contida e limitada.
- e) contida, plena e limitada.

**24.** Considerando as normas constitucionais sobre direitos e garantias fundamentais, assinale a opção correta.

- a) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia ou à noite, por determinação judicial.
- b) Todos podem reunir-se pacificamente, sem armas, em locais abertos ao público, desde que não frustrem outra reunião anteriormente convocada para o mesmo local e mediante prévia permissão da autoridade competente.

c) No caso de interesse público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

d) É assegurado, nos termos da lei, aos criadores, aos intérpretes e às respectivas representações sindicais e associativas o direito de fiscalização do aproveitamento econômico das obras que criarem ou de que participarem.

e) É livre a manifestação do pensamento, permitido o anonimato.

**25.** A respeito da organização do Estado, da organização dos poderes no Estado e das funções essenciais à justiça, assinale a opção correta à luz da jurisprudência do STF.

a) A Advocacia-Geral da União (AGU) é instituição nacional que representa judicial e extrajudicialmente a União, os estados e os municípios.

b) Uma lei disposta sobre sistemas de consórcio e sorteios, inclusive bingos e loterias, pode ser editada pela União, pelos estados ou pelo DF, em virtude da competência legislativa concorrente.

c) Uma ação em que se questione a responsabilidade pessoal de conselheiro do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) deverá ser ajuizada perante o STF, que detém a competência originária para processar e julgar o feito.

d) Caso um parlamentar conceda declarações à imprensa, ainda que fora do ambiente de trabalho, e tais manifestações estejam vinculadas ao exercício do mandato, incidirá sobre essa atuação a cláusula de inviolabilidade constitucional.

e) O poder regulamentar conferido diretamente pela CF aos ministros de Estado concede-lhes a competência para a edição de atos normativos primários, subordinados diretamente à própria CF.



26. Considerando as normas constitucionais que versam sobre o Poder Judiciário, assinale a opção correta.

- a) Compete ao STF processar e julgar, originariamente, a homologação das sentenças estrangeiras e a concessão de exequatur às cartas rogatórias.
- b) Em se tratando de recurso extraordinário, o recorrente deverá demonstrar a repercussão geral das questões constitucionais discutidas no caso, nos termos da lei, a fim de que o STF examine a admissão do recurso, somente podendo o tribunal recusá-lo por manifestação da maioria absoluta de seus membros, em atenção à cláusula de reserva de plenário.
- c) Compete ao procurador-geral da República suscitar, perante o STJ, incidente de deslocamento de competência para a justiça federal nas hipóteses de grave violação de direitos humanos.
- d) Aos juízes é vedado exercer a advocacia no juízo ou tribunal do qual se afastou, antes de decorridos quatro anos do afastamento do cargo por aposentadoria ou exoneração.
- e) A inamovibilidade do magistrado pode ser mitigada por motivo de interesse público, desde que fundada em decisão por voto de dois terços do respectivo tribunal ou do Conselho Nacional de Justiça.

### DIREITO CIVIL

Paulo Sousa

27. De acordo com a Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro, a LINDB, sobre a vigência da norma é correto afirmar que:

- a) Salvo casos de ignorância completa acerca da Lei, ninguém pode se escusar de cumpri-la alegando que não a conhece.
- b) Ressalvadas determinações contrárias, a lei começa a vigorar no Brasil, 45 dias após publicação oficial e, nos Estados, estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia 3 meses depois de oficialmente publicada.
- c) De acordo com o princípio da continuidade, a Lei cuja vigência é temporária, terá vigor até que outra a modifique ou revogue.
- d) A lei nova, que estabeleça disposições gerais ou especiais a par das já existentes, tem o condão de revogar ou modificar a lei anterior.

e) Em razão do instituto da repristinação tácita, amplamente aceito pelo corpo jurídico brasileiro, a lei revogada se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

28. Segundo o que dispõe o Código Civil de 2002, acerca do domicílio das pessoas naturais e jurídicas, é correto afirmar que:

- a) O local onde determinada pessoa exerça sua profissão, se diferente daquele onde ela estabelece residência com ânimo definitivo, não pode ser considerado domicílio.
- b) A União, dado seu caráter de pessoa jurídica de direito Público, terá como domicílio todo o território nacional.
- c) A pessoa jurídica que conta com diversos estabelecimentos em lugares diferentes, deverá eleger em seu estatuto, um deles para que ser considerado seu domicílio.
- d) Têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso.
- e) O agente diplomático do Brasil, que, citado no estrangeiro, alegar extraterritorialidade sem designar onde tem, no país, o seu domicílio, poderá ser demandado no último local onde estabeleceu residência com ânimo definitivo.

29. Lineu é dono de Dino, um cão de grande porte. O animal nunca ofereceu riscos, pois era extremamente dócil e estava sempre preso. Antônio, morador do mesmo bairro, ao passar pela casa de Lineu, sempre insultava o cão deixando-o extremamente agressivo. Em determinado dia, após forte vendaval que soltou a coleira de Dino, Antônio passou para insultar o cão e acabou sendo atacado e sofrendo graves ferimentos. Com base no exposto e à luz do Código Civil de 2002, assinale a alternativa correta:

- a) Lineu deverá indenizar Antônio, pois era de sua inteira responsabilidade checar a coleira do animal a todo momento.
- b) Lineu não deverá indenizar Antônio, pois os atos danosos causados por animais não ensejam responsabilização de seus donos.
- c) Lineu não deverá indenizar Antônio, pois, para que isso ocorra, este deverá comprovar que aquele realmente era detentor do animal.

d) Lineu deverá indenizar Antônio, porém, deverá ser abatido do valor total, a equivalência à parcela de culpa da vítima, uma vez que participou para que ocorresse seu acidente.

e) Lineu não deverá indenizar Antônio, uma vez que não só a vítima teve culpa ao enfurecer o animal, como também a soltura deste se deu em razão de força maior.

**30.** Em se tratando da prescrição e da decadência, assinale a alternativa que está de acordo com o que dispõe o Código Civil de 2002:

a) A decadência, em regra, pode ser interrompida apenas uma vez e pelos mesmos motivos que interrompem a prescrição.

b) Os prazos prescricionais podem ser estabelecidos tanto pela lei quanto pela vontade das partes.

c) É válida a renúncia à decadência estipulada pela lei.

d) A decadência, diferentemente da prescrição, pode ser convencionalizada entre as partes.

e) A prescrição somente corre contra o titular do direito violado, não se estendendo, portanto, aos seus sucessores.

### DIREITO EMPRESARIAL

Cadu Carrilho

**31.** Sobre o empresário e as disposições legais, marque a opção correta:

a) Considera-se empresário quem exerce profissionalmente atividade econômica organizada para a produção ou a circulação de bens ou de serviços.

b) Considera-se empresário quem exerce profissão intelectual, de natureza científica, literária ou artística, ainda com o concurso de auxiliares ou colaboradores, salvo se o exercício da profissão constituir elemento de empresa.

c) É obrigatória a inscrição do empresário no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, antes do início de sua atividade, sendo essa inscrição requisito delimitador da característica do empresário.

d) O empresário que instituir sucursal, filial ou agência, em lugar sujeito à jurisdição de outro Registro Público de Empresas Mercantis, neste deverá também averbá-la, com a prova da inscrição originária e em qualquer caso, a constituição do

estabelecimento secundário deverá ser inscrita no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede.

e) O empresário, cuja atividade rural constitua sua principal profissão, pode requerer inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis da respectiva sede, caso em que, depois de inscrito, ficará equiparado, para todos os efeitos, ao empresário sujeito a registro, aplicando-se a mesma regra à associação que desenvolva atividade futebolística em caráter habitual e profissional, caso em que, com a inscrição, será considerada empresária, para todos os efeitos, desde que a associação seja sem fins lucrativos.

**32.** Em relação ao disposto na Lei Complementar 123 de 2006 no que tange às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, podemos dizer que a citada lei estabelece normas gerais relativas ao tratamento diferenciado e favorecido a ser dispensado às microempresas e empresas de pequeno porte no âmbito dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, exceto em relação:

a) à apuração e recolhimento dos impostos e contribuições da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, mediante regime único de arrecadação, inclusive obrigações acessórias.

b) ao cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias, inclusive obrigações acessórias.

c) ao acesso a crédito e ao mercado, inclusive quanto à preferência nas aquisições de bens e serviços pelos Poderes Públicos, à tecnologia, ao associativismo e às regras de inclusão.

d) ao cadastro nacional único de contribuintes a que se refere ao disposto na Constituição Federal.

e) a dar garantia, publicidade, autenticidade, segurança e eficácia aos atos jurídicos das empresas mercantis, submetidos a registro na forma desta lei.

**33.** Sobre a decretação de falência ou o deferimento do processamento da recuperação judicial implica algumas situações, analise cada item e marque a opção que está de acordo com a lei:

I - suspensão do curso da prescrição das obrigações do devedor sujeitas ao regime desta Lei.

II - suspensão das execuções ajuizadas contra o devedor, inclusive daquelas dos credores

particulares do sócio solidário, relativas a créditos ou obrigações sujeitos à recuperação judicial ou à falência.

III - proibição de qualquer forma de retenção, arresto, penhora, sequestro, busca e apreensão e constrição judicial ou extrajudicial sobre os bens do devedor, oriunda de demandas judiciais ou extrajudiciais cujos créditos ou obrigações sujeitem-se à recuperação judicial ou à falência.

IV - terá prosseguimento no juízo da falência ou da recuperação no qual estiver se processando a ação que demandar quantia ílquida.

Estão corretas as opções:

- a) I, III e IV.
- b) I, II e IV.
- c) I, II e III.
- d) II, III e IV.
- e) Todas.

34. Sobre a desconsideração da personalidade jurídica marque a opção correta:

- a) poderá ser aplicada em caso de abuso da personalidade jurídica ou em caso de desvio de finalidade ou então nos casos de confusão patrimonial.
- b) a desconsideração pode ser aplicada pelo juiz, de ofício, a requerimento da parte, ou do Ministério Público quando lhe couber intervir no processo.
- c) o juiz pode aplicar a desconsideração da personalidade jurídica para que os efeitos de certas e determinadas relações de obrigações sejam estendidos aos bens particulares de administradores ou de sócios da pessoa jurídica beneficiados direta ou indiretamente pelo abuso.
- d) O instituto da desconsideração inversa é uma construção doutrinária e jurisprudencial que não possui legislação sobre o tema.
- e) A teoria maior da desconsideração está prevista no Código Civil como regra geral sobre o tema e a teoria menor não possui previsão legal, não se confundindo desconsideração com despersonalização.

## CONTABILIDADE GERAL

Silvio Sande / Julio Cardoso

35. A empresa Itajaí S.A. negociou com um fornecedor a aquisição de 240.000 unidades de determinada mercadoria que deveriam ser entregues nos 12 meses posteriores. A negociação ocorreu em 31/05/2020 e, tendo em vista a perspectiva de aumento de preços no período, a Itajaí S.A. pagou, nesta data, o valor integral de R\$ 36.000.000,00 ao fornecedor.

Durante o ano de 2020, a empresa requereu, e o fornecedor entregou, 70% do total de unidades contratadas. O valor evidenciado no Balanço Patrimonial de 31/12/2020, correspondente ao direito que a empresa Itajaí S.A. detinha sobre o fornecedor foi, em reais:

- a) 0,00.
- b) 7.200.000,00.
- c) 10.000.000,00.
- d) 10.800.000,00.
- e) 25.200.000,00

36. As características das aplicações financeiras realizadas por uma empresa no dia 01/12/2020 são apresentadas na tabela a seguir:

Valor Aplicado (R\$)	Data de vencimento	Mensuração definida pela empresa	Taxa de juros	Valor Justo em 31/12/2020 (R\$)
2.000.000,00	31/05/2024	Mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	2%a.m.	2.300.000,00
4.000.000,00	30/06/2023	Mensuração ao custo amortizado	4%a.m.	4.100.000,00
4.000.000,00	31/10/2022	Mensuração ao valor justo por meio do resultado	3%a.m.	4.200.000,00

O valor total apresentado no Balanço Patrimonial da empresa, em 31/12/2020,, para as três aplicações em conjunto foram, respectivamente, em reais,

- a)10.600.000,00
- b)10.580.000,00
- c)10.660.000,00
- d)10.664.000,00
- e)10.190.000,00

37. O saldo da conta Provisões evidenciado no Balanço Patrimonial de uma empresa, em 31/12/2019, era composto dos seguintes valores:

Processo	Saldo em 31/12/2019
Ambiental	R\$ 3.000.000,00
Tributária	R\$ 2.800.000,00
Fiscal I	R\$ 2.200.000,00

Em 31/12/2020 a empresa obteve as seguintes informações sobre os diversos processos a que está respondendo:

Processo	Probabilidade de Perda em 31/12/2020	Valor estimado em 31/12/2020 para as perdas
Ambiental	Provável	R\$ 1.900.000,00
Tributária	Provável	R\$ 2.300.000,00
Fiscal I	Possível	R\$ 1.900.000,00
Fiscal II	Provável	R\$ 5.300.000,00
Trabalhista	Possível	R\$ 1.100.000,00

Na Demonstração do Resultado de 2020, o efeito total que a empresa reconheceu, em função das provisões necessárias, foi

- a) despesa total no valor de R\$ 8.000.000,00.
- b) despesa total no valor de R\$ 5.800.000,00.
- c) despesa total no valor de R\$ 4.500.000,00.
- d) despesa total no valor de R\$ 1.500.000,00.
- e) receita total no valor de R\$ 500.000,00.

38. A Cia. Comercial Avaí adquiriu produtos para revenda e desembolsou os seguintes valores:

– Valor total dos produtos adquiridos:

..... R\$ 1.200.000,00

– Valor total do seguro: .....

R\$ 60.000,00

No valor total dos produtos adquiridos estavam inclusos:

– Tributos recuperáveis:

.....R\$ 140.000,00

– Tributos não recuperáveis:

.....R\$ 100.000,00

A Cia. Comercial Avaí, revendeu metade dos produtos adquiridos por R\$ 1.600.000,00, concedendo 10% de desconto pelo pagamento à vista. Sobre o valor da venda houve a incidência de ICMS no valor de R\$ 240.000,00, a Cia. pagou comissão para os vendedores no valor de R\$ 20.000,00 e arcou com o pagamento do frete para entrega dos produtos vendidos no valor de R\$ 18.000,00. Com base nessas informações, o valor do lucro bruto apurado pela Cia. Comercial Avaí, em relação à transação realizada foi, em reais,

- a) 556.000,00
- b) 580.000,00
- c) 600.000,00
- d) 620.000,00
- e) 640.000,00

39. A Cia. Camboriú adquiriu, em 31/12/2018, um equipamento por R\$ 1.360.000,00 à vista. Na data da aquisição, a Cia. estimou a vida útil econômica deste equipamento em 20 anos e o valor residual em R\$ 160.000,00. Em 31/12/2019, após o reconhecimento da depreciação referente ao ano de 2019, a Cia. reavaliou a vida útil do equipamento para 10 anos e reestimou o valor residual para R\$ 100.000,00. Com base nestas informações sabendo que a empresa utiliza o método das cotas constantes para calcular a despesa com depreciação, o valor da Depreciação

Acumulada evidenciado no Balanço Patrimonial da Cia. Camboriú, em 31/12/2020, foi, em reais, de

- a) 140.000,00.
- b) 157.500,00.
- c) 168.000,00.
- d) 135.000,00
- e) 170.000,00.

40. A Cia. Joinvile obteve, em 01/12/2019, um empréstimo para financiar sua expansão. O valor do empréstimo foi R\$ 30.000.000,00 e o pagamento para sua liquidação integral (principal e juros) ocorrerá em 30/11/2020. A taxa de juros compostos negociada foi 12% a.a. e os custos incorridos e pagos para a obtenção deste empréstimo foram de R\$ 200.000,00. Se o empréstimo é mensurado pelo método do custo amortizado, o seu reconhecimento no Balanço Patrimonial da Cia. Joinvile, em 01/12/2019, provocou um aumento líquido total de

- a) R\$ 28.000.000,00, no passivo.
- b) R\$ 29.800.000,00, no passivo.
- c) R\$ 30.000.000,00, no passivo.
- d) R\$ 30.000.000,00, no ativo.
- e) R\$ 30.000.000,00 no passivo e uma redução no patrimônio líquido de R\$ 200.000,00.

## DIREITO FINANCEIRO

Luciana Marinho

41. De acordo com a Lei Complementar nº 101/2000, integra o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias referente ao exercício financeiro de 2021 do Estado de Santa Catarina o Anexo de:

- a) Riscos Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a, entre outras, despesas e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.
- b) Metas Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a, entre outras, receitas e resultados nominal e primário, para o exercício a que se referirem e para os três seguintes.
- c) Metas Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas.
- d) Agregados Fiscais, em que serão estabelecidas metas anuais, em valores correntes e constantes, relativas a receitas, despesas, resultados nominal e primário e montante da dívida pública, para o exercício a que se referirem e para os dois seguintes.
- e) Riscos Fiscais, onde serão avaliados os passivos contingentes e outros riscos capazes de afetar as contas públicas, informando as providências a serem tomadas, caso se concretizem.

42. Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal, é **correto** afirmar:

- a) Todas as despesas relativas à dívida pública, mobiliária ou contratual, e as receitas que as atenderão, constarão da lei orçamentária anual.
- b) Até sessenta dias após a publicação dos orçamentos, nos termos em que dispuser a lei de diretrizes orçamentárias, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.
- c) Se verificado, ao final de um semestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo de Metas Fiscais, os Poderes e o Ministério Público promoverão, por ato próprio e nos montantes necessários, nos bimestres subsequentes, limitação de empenho e

movimentação financeira, segundo os critérios fixados pela lei orçamentária anual.

- d) Constituem requisitos essenciais da responsabilidade na gestão fiscal a instituição, previsão e efetiva arrecadação de todos os tributos da competência constitucional do ente da Federação. Por isso, é vedada a realização de transferências voluntárias para o ente que não observe o disposto no que se refere aos tributos.
- e) Considera-se obrigatória de caráter continuado qualquer despesa derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

**43.** No que se refere à dívida e ao endividamento e aos instrumentos de transparência da gestão fiscal, a Lei Complementar nº 101/2000 determina que o

- a) Dívida pública mobiliária é o montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras do ente da Federação, assumidas em virtude de leis, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses
- b) Será incluída na dívida pública mobiliária da União a relativa à emissão de títulos de responsabilidade do Banco Central do Brasil. Além disso, também integram a dívida pública mobiliária as operações de crédito de prazo inferior a doze meses cujas receitas tenham constado do orçamento.
- c) A transparência será assegurada também mediante a adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que atenda a padrão mínimo de qualidade estabelecido pelo Poder Executivo da União.
- d) Para fins de verificação do atendimento do limite para o montante da dívida consolidada, a sua apuração será efetuada ao final de cada bimestre.
- e) Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro. Por isso, enquanto perdurar o excesso, o ente que nele houver incorrido estará proibido de realizar operação de crédito interna ou externa, inclusive para pagamento de dívidas mobiliárias.

**44.** De acordo com a Lei Complementar no 101/2000, o Estado de Santa Catarina poderá considerar, no somatório das receitas que serviu de base para a definição do valor destinado à Reserva de Contingência, aquelas classificadas como:

- a) de serviços, transferências correntes e operações de crédito.
- b) tributárias, de contribuições e transferências de capital.
- c) agropecuárias, tributárias e de alienação de bens.
- d) de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias.
- e) agropecuárias, de serviços e operações de crédito.

**45.** A Lei nº 4.320/64 estatui normas gerais de direito financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Com base nesse normativo, assinale a alternativa incorreta.

- a) A Lei de Orçamento poderá conter autorização ao Executivo para abrir créditos suplementares até determinada importância.
- b) Tributo é a receita originária instituída pelas entidades de direito público, compreendendo os impostos, as taxas e contribuições nos termos da constituição e das leis vigentes em matéria financeira, destinado-se o seu produto ao custeio de atividades gerais ou específicas exercidas por essas entidades.
- c) Receitas provenientes da realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas e provenientes da conversão, em espécie, de bens e direitos são classificadas como receitas de capital.
- d) Em regra, constitui unidade orçamentária o agrupamento de serviços subordinados ao mesmo órgão ou repartição a que serão consignadas dotações próprias.
- e) Os créditos da Fazenda Pública, de natureza tributária ou não tributária, serão escriturados como receita do exercício em que forem arrecadados, nas respectivas rubricas orçamentárias.

**DIREITO TRIBUTÁRIO**

Fernando Maurício

46. Entre as situações abaixo, a única que, necessariamente, se submete ao Princípio da Legalidade é:

- a) Redução e restabelecimento de alíquota da CIDE-Combustíveis.
- b) Fixação de alíquota do ICMS-Combustível.
- c) Atualização do valor monetário da Base de Cálculo do Tributo, até o limite do Índice Oficial de Correção Monetária.
- d) Alteração da alíquota do IR.
- e) Alteração de Prazo de Recolhimento de Tributo.

47. Em relação à Imunidade Tributária, julgue os itens a seguir:

I-) A imunidade recíproca reconhecida constitucionalmente às entidades políticas não pode ser reconhecida às empresas públicas e às sociedades de economia mista, sejam quais forem as finalidades a que se dedicarem tais entidades.

II-) A Imunidade Recíproca não se estende a empresa privada arrendatária de imóvel público, quando seja ela exploradora de atividade econômica com fins lucrativos.

III-) É vedado instituir e cobrar taxa de coleta de lixo de um terreno baldio de propriedade de instituição religiosa.

Está correto o que se afirma apenas em:

- a) II.
- b) I e III.
- c) I e II.
- d) I, II e III.
- e) I.

48. Com relação à Competência tributária, analise as afirmativas a seguir.

I-) A capacidade tributária ativa compreende funções de arrecadar e fiscalizar tributos, atribuições que, igualmente à competência tributária, são indelegáveis.

II-) Os tributos cuja receita seja distribuída, no todo ou em parte, a outras pessoas jurídicas de direito público

pertencerão à competência legislativa daquela pessoa a que tenham sido constitucionalmente atribuídos.

III-) Não constitui delegação de competência o cometimento, a pessoas de direito privado, do encargo ou da função de arrecadar tributos.

Está correto o que se afirma em

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) III, apenas.
- e) II e III, apenas.

49. Sobre a moratória, o Código Tributário Nacional prevê:

a) Do contribuinte devedor, contemplado irregularmente com o benefício da moratória, por motivo de dolo ou simulação, não serão cobrados juros de mora, mas será aplicada penalidade pecuniária.

b) A moratória somente pode ser concedida, tanto nos casos de caráter individual como em caráter geral, por despacho da autoridade administrativa, e desde que autorizada por lei ou decreto, expedido pela pessoa jurídica de direito público competente para instituir o tributo a que se refira.

c) A concessão da moratória em caráter individual gera direito adquirido ao sujeito passivo.

d) Salvo disposição de lei em contrário, a moratória somente abrange os créditos definitivamente constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

e) A moratória suspende a exigibilidade do crédito tributário e dispensa o cumprimento das obrigações acessórias relacionadas com o tributo, cujo crédito tributário está suspenso.

50. As garantias e privilégios do crédito tributário estão consagrados no Código Tributário Nacional e em outras leis tributárias, em função da natureza ou das características do tributo a que se referam. Sobre o tema, é correto afirmar:

- a) A natureza das garantias atribuídas ao crédito tributário altera a natureza da obrigação tributária a que corresponda.
- b) Responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, excluídos os bens e rendas que a lei declare absolutamente impenhoráveis.
- c) Os bens gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade não respondem pelo pagamento do crédito tributário, pois sempre são impenhoráveis.
- d) Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública, por crédito tributário inscrito ou não na dívida ativa.
- e) Após inscrição na dívida ativa do crédito tributário, a alienação pelo devedor de parte de seus bens caracterizará fraude, ainda que este reserve bens ou rendas suficientes para o pagamento total do crédito tributário devido.

### **DIREITO PROCESSUAL TRIBUTÁRIO**

Rafael Rocha

51. Considerando o disposto na Lei Federal nº 6.830/1980, artigo 2º, a Dívida Ativa da União será apurada e inscrita no(a):

- a) Subsecretaria de Tributação e Contencioso, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.
- b) Subsecretaria da Dívida Pública, da Secretaria do Tesouro Nacional.
- c) Banco Central do Brasil.
- d) Procuradoria da Fazenda Nacional.
- e) Departamento de Gestão da Dívida Ativa da União, da Secretaria da Receita Federal do Brasil.

52. Sobre a execução fiscal, assinale a alternativa correta com base na jurisprudência do STJ:

- a) Compete à Justiça Federal processar e julgar execução fiscal promovida por Conselho de Fiscalização Profissional.
- b) Proposta a execução fiscal, a posterior mudança de domicílio do executado desloca a competência já fixada.
- c) Na execução fiscal, não haverá segundo leilão se o primeiro não houver lance superior à avaliação.
- d) É necessária a intervenção do Ministério Público nas execuções fiscais.
- e) A Fazenda Pública não pode recusar a substituição do bem penhorado por precatório.

53. Acerca dos princípios aplicáveis ao processo administrativo tributário, assinale a opção incorreta:

- a) O princípio da oficialidade consiste no dever da Administração em dar início ao processo administrativo de forma automática, sem prejuízo da possibilidade de provocação por terceiros.
- b) A preclusão, no processo administrativo tributário, pode ocorrer ainda que exercida a faculdade processual pelo sujeito passivo.
- c) Prevalece, no processo administrativo tributário, o princípio da verdade formal.
- d) A presunção de legitimidade do lançamento é relativa.
- e) O processo administrativo tributário também se baseia em princípios aplicáveis ao processo judicial, como o contraditório e a ampla defesa, por exemplo.

54. O princípio que “apenas permite a instauração do processo administrativo com base na lei e para preservá-la” é o:

- a) Informalismo.
- b) Igualdade.
- c) Legalidade objetiva.
- d) Devido processo legal.
- e) Oficialidade.



**55.** Um contribuinte do ISS, desenvolveu a atividade de autolancamento e, depois de apurar o imposto devido no mês de agosto de 2020, efetuou o pagamento do crédito tributário apurado, no dia 25 do mês subsequente.

Depois de ter quitado o referido débito para com a Fazenda Pública municipal, o contribuinte se deu conta de que havia errado na elaboração do cálculo do referido débito fiscal, o que redundou em pagamento a maior do que o efetivamente devido.

Em razão disso, decidiu pleitear a restituição desse valor pago a maior. O direito de pleitear essa restituição, de acordo com o CTN, poderá ser exercido até o dia,

- a) 25/09/2020.
- b) 25/09/2022.
- c) 25/09/2025.
- d) 25/09/2027.
- e) 31/12/2025.

**56.** Com base na Portaria SEF nº 226/01, as respostas às consultas podem ser modificadas a qualquer tempo, por:

- a) determinação do Presidente do TAT/SC.
- b) iniciativa da maioria dos membros do TAT/SC.
- c) proposta de entidade representativa de categoria econômica.
- d) decisão do SEFAZ.
- e) proposta do Diretor da Administração Tributária.

**57.** De acordo com o decreto nº 22.586/84, que trata de normas gerais em matéria de direito tributário no Estado de SC, são competentes para responder a consulta já tratada em Resolução Normativa:

- a) Os gerentes regionais da Fazenda Estadual.
- b) O Presidente da COPAT ou o Diretor da Administração Tributária.
- c) O Presidente da COPAT ou qualquer AFRE por ele designado.
- d) O Presidente do TAT/SC.
- e) O Presidente da COPAT, apenas.

**58.** Será considerada como falta do Conselheiro à sessão de julgamento, para fins de perda do mandato:

- a) Quando ele se ausentar antes do final da sessão.
- b) Nos casos comprovados de morte ou doença de membro da família.
- c) No caso de impedimento, em relação aos processos em pauta, previamente comunicada ao Presidente do TAT/SC.
- d) No comprovado gozo de licença, conforme previsto no estatuto do servidor público.
- e) No afastamento, por motivo de desempenho de cargo ou função no âmbito da Secretaria de Estado da Fazenda - SEF, por determinação superior.

**59.** O pedido de cancelamento de notificação fiscal poderá ser interposto:

- a) no prazo de 5 anos.
- b) no prazo de 10 anos.
- c) enquanto não inscrito o crédito tributário em dívida ativa.
- d) enquanto não proposta a ação judicial de cobrança do crédito tributário.
- e) enquanto não transitada em julgado a respectiva ação judicial de cobrança do crédito tributário.

**60.** De acordo com a lei que rege o PAT no Estado de SC, as súmulas poderão ser revistas:

- a) mediante provocação do sujeito passivo.
- b) por determinação do presidente do TAT/SC.
- c) por iniciativa da COPAT.
- d) por iniciativa de qualquer membro do TAT/SC.
- e) por determinação do SEFAZ.

61. Sobre a execução fiscal, marque a alternativa correta:

- a) a dívida regularmente inscrita goza de presunção de certeza e liquidez.
- b) A petição inicial e a Certidão de Dívida Ativa devem constituir um único documento nos autos do processo de execução.
- c) O executado será citado para, no prazo de 15 dias, pagar a dívida ou garantir a execução.
- d) Os imóveis serão os bens sobre os quais a penhora recairá preferencialmente.
- e) Excepcionalmente, são admissíveis embargos do executado antes de garantida a execução.

62. Quando a medida cautelar fiscal for concedida em procedimento preparatório, deverá a Fazenda Pública propor a execução judicial da Dívida Ativa no prazo de:

- a) 30 dias.
- b) 60 dias.
- c) 90 dias.
- d) 120 dias.
- e) 180 dias.

63. A ação anulatória contra a decisão administrativa que denegar a restituição:

- a) decai em 2 anos.
- b) prescreve em 2 anos.
- c) decai em 5 anos.
- d) prescreve em 5 anos.
- e) prescreve em 1 ano.

64. Com base no entendimento sumulado pelo STF e pelo STJ, acerca do processo tributário, assinale a opção incorreta:

- a) Presume-se dissolvida irregularmente a empresa que deixar de funcionar no seu domicílio fiscal, sem comunicação aos órgãos competentes, legitimando o redirecionamento da execução fiscal para o sócio-gerente.
- b) É inconstitucional a exigência de depósito prévio como requisito de admissibilidade de ação judicial na

qual se pretenda discutir a exigibilidade de crédito tributário.

- c) Em ações de execução fiscal, a petição inicial não pode ser indeferida sob o argumento da falta de indicação do CPF e/ou RG ou CNPJ da parte executada.
- d) Os juros moratórios, na repetição do indébito, são devidos a partir do pagamento indevido
- e) A exceção de pré-executividade é admissível na execução fiscal relativamente às matérias conhecíveis de ofício que não demandem dilação probatória.

65. A Segunda Câmara de Julgamento será formada por:

- a) 3 conselheiros fazendários e 3 conselheiros indicados pela FECOMÉRCIO/SC, pela FAESC e pela FIESC.
- b) 3 conselheiros fazendários e 3 conselheiros indicados pela FECONTEC, pela FAMPESC e pela FETRANCESC.
- c) 3 conselheiros fazendários e 3 conselheiros indicados pela FACISC, pela FAESC e pela FIESC.
- d) 3 conselheiros fazendários e 3 conselheiros indicados pela FECOMÉRCIO/SC, pela FAESC e pela FHORESC.
- e) 3 conselheiros fazendários e 3 conselheiros indicados pela FECOMÉRCIO/SC, pela FETRANCESC e pela FIESC.

#### LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Eduardo da Rocha

66. No Estado de SC, as alíquotas do ITCMD:

- a) podem ser de 2%, 4%, 6% ou 8%.
- b) serão sempre progressivas.
- c) serão diferenciadas a depender do tipo de transmissão.
- d) serão maiores nas transmissões por doação.
- e) serão de 8% quando o sucessor ou o donatário não tiverem relação de parentesco com o transmitente dos bens e direitos.

67. De acordo com a legislação catarinense acerca do ITCMD, o parcelamento do imposto:

- a) poderá ser feito em até 24 vezes, via de regra.
- b) deverá observar o valor mínimo de 150 reais por parcela.
- c) só pode ser feito enquanto não exigido por notificação fiscal.
- d) por ocasião de seu requerimento, valerá como confissão irretratável de dívida.
- e) considera-se aprovado, automaticamente, com o seu pedido.

68. Segundo a LC 465/09, julgue as assertivas abaixo:

I. Cabem os seguintes recursos perante o TAT/SC: reclamação, recurso ordinário, recurso especial e pedido de esclarecimento.

II. Excepcionalmente, é possível que servidores públicos inativos exerçam cargo de Conselheiro das entidades de classe dos contribuintes.

III. O prazo para apresentação da reclamação é de 15 dias.

Estão corretos os itens:

- a) II e III.
- b) I e II.
- c) I e III.
- d) somente I.
- e) somente II.

69. O pedido de cancelamento de notificação fiscal pode ser interposto pelo:

- a) Diretor de Administração Tributária.
- b) Sujeito passivo.
- c) Julgador de Processos Fiscais.
- d) Fiscal atuante.
- e) Presidente do TAT/SC.

70. De acordo com o regimento interno do TAT/SC, a administração de material, patrimônio, pessoal, segurança, cabe à:

- a) Assistência da Presidência do TAT/SC.
- b) Supervisão de Tramitação de Processos.

- c) Supervisão de Expediente e Pessoal.
- d) Supervisão de Apoio Operacional.
- e) Supervisão de Controle Processual.

71. Com base na lei complementar 313/05 – Código de Direitos e Obrigações dos Contribuintes –, pode-se dizer que “a incidência do tributo e a aplicação do produto de sua arrecadação devem ser transparentes, para que o contribuinte saiba o quanto paga e sua finalidade” representam o princípio da:

- a) eficiência econômica
- b) flexibilidade.
- c) simplicidade administrativa.
- d) justiça.
- e) responsabilidade.

72. Segundo a Lei Complementar Estadual nº 313/05, é correto afirmar que o contribuinte tem direito a:

- a) igualdade de tratamento, com respeito e urbanidade, em qualquer repartição administrativa ou fazendária do Estado, ressalvado os grandes contribuintes que terão tratamento diferenciado.
- b) ter ciência formal da tramitação e das decisões proferidas em processo administrativo do qual seja parte, não sendo possível obter cópias dos respectivos autos.
- c) não ser obrigado a exhibir documento que já esteja em poder da Administração Pública.
- d) prestar informações solicitadas pelo Fisco em prazo igual ou superior a 30 dias.
- e) receber, no prazo de 5 dias úteis, resposta fundamentada a pleito formulado à Administração Tributária.

73. Com base na legislação que rege o PAT no estado de Santa Catarina, pode-se afirmar que o prazo para apresentação de recurso especial é de:

- a) 5 dias.
- b) 10 dias.
- c) 15 dias.
- d) 20 dias.
- e) 30 dias.

74. De acordo com Regulamento do Imposto sobre a propriedade de veículos automotores, instituído pelo Decreto 2.993/1989, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

I. O imposto sobre a propriedade de veículos automotores tem como fato gerador a propriedade, desde que plena, de veículos automotores de qualquer espécie.

II. É responsável do IPVA a empresa detentora da propriedade, no caso de veículo cedido pelo regime de arrendamento mercantil.

III. São subsidiariamente responsáveis pelo pagamento do imposto e dos acréscimos devidos as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal.

- a) Estão corretos os itens I e II, apenas.
- b) Estão corretos os itens II e III, apenas.
- c) Todos os itens estão corretos.
- d) Está correto o item II, apenas.
- e) Está correto o item III, apenas.

75. No que tange à base de cálculo do IPVA, de acordo com Regulamento do Imposto sobre a propriedade de veículos automotores, instituído pelo Decreto 2.993/1989, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta:

I. No ano do internamento do veículo automotor, novo ou usado, importado para uso do importador, a base de cálculo do imposto é o valor constante do documento de importação, convertido em moeda nacional pela mesma taxa cambial utilizada no imposto de importação, acrescido dos impostos incidentes e das demais despesas aduaneiras efetivamente pagas.

II. O valor do imposto a pagar relativo a veículo novo é proporcional ao número de meses transcorridos do exercício fiscal, contado a partir do mês de aquisição.

III. Em casos excepcionais, permite-se o arbitramento para encontrar a base de cálculo do IPVA.

- a) Estão corretos os itens I e III, apenas.
- b) Estão corretos os itens II e III, apenas.
- c) Todos os itens estão corretos.
- d) Está correto o item I, apenas.
- e) Está correto o item III, apenas.

76. Em que pese o Supremo Tribunal Federal ter se posicionado contra a incidência de IPVA sobre aeronaves e embarcações, o Regulamento IPVA de Santa Catarina estipulou alíquotas para a incidência desse imposto sobre esses veículos, que são, respectivamente:

- a) 1% e 2%.
- b) 0,5% e 1%.
- c) 0,5% e 2%.
- d) 1% e 0,5%.
- e) 0,5% e 0,5%

77. De acordo com o Regulamento do IPVA de Santa Catarina, são isentos do IPVA, exceto:

- a) as entidades sindicais dos trabalhadores.
- b) os consulados credenciados junto ao governo brasileiro.
- c) máquina agrícola, de terraplanagem ou qualquer outra, ainda que trafegue em vias públicas para efeitos de deslocamento de local de atividade.
- d) embarcações destinadas à pesca, utilizadas por pescadores artesanais e pela indústria pesqueira.
- e) veículo automotor que tenha sido objeto de furto ou roubo, enquanto não estiver na posse do proprietário.

**78.** Considere as seguintes situações:

I. João adquire um veículo zero quilometro em 15 de outubro de 2021.

II. Adalberto adquire um veículo usado em 11 de julho de 2021.

III. Felipe importa um veículo em 20 de setembro de 2021, tendo sido realizado o desembaraço em 05 de outubro de 2021.

Assinale a alternativa correta no que tange ao momento da ocorrência do fato gerador do IPVA.

a) referente ao item I, o momento ocorre em 15 de outubro de 2021.

b) referente ao item II, o momento ocorre em 11 de julho de 2021.

c) referente ao item III, o momento ocorre em 20 de setembro de 2021.

d) caso Adalberto venda o veículo para Arthur em 01 de novembro, ocorrerá novo fato gerador nesta data.

e) Referente ao veículo adquirido por João, ocorrerá novo fato gerador do IPVA em 15 de outubro de 2022.

**79.** De acordo a lei 7.541/08, que trata sobre taxas, julgue os itens a seguir e assinale a alternativa correta.

I. As taxas da referida lei não poderão ter valor inferior a R\$ 4,00.

II. É fato gerador da taxa de serviços gerais a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição, ou o exercício regular de atividades inerentes ao poder de polícia.

III. São isentos de taxa de serviços gerais as licenças para festividades de caráter beneficente, promovidas por pessoas, instituições, clubes de serviços ou entidades sem fins lucrativos, mediante comprovação junto ao órgão da Secretaria da Segurança Pública.

a) Estão corretos os itens I e III, apenas.

b) Estão corretos os itens II e III, apenas.

c) Todos os itens estão corretos.

d) Está correto o item I, apenas.

e) Está correto o item III, apenas.

**80.** De acordo com a lei 10.297/96, não se considera ocorrido o fato gerador do imposto no momento:

a) do desembaraço aduaneiro dos bens ou mercadorias importados do exterior.

b) do ato final do transporte iniciado no exterior.

c) do fornecimento de mercadoria com prestação de serviços não compreendidos na competência tributária dos Municípios.

d) da transmissão de propriedade de mercadoria, ou de título que a represente, quando a mercadoria não tiver transitado pelo estabelecimento transmitente

e) da saída de mercadoria de estabelecimento de contribuinte, exceto na saída para outro estabelecimento do mesmo titular

**81.** De acordo com a lei 10.297/96, assinale a alternativa incorreta no que tange ao estabelecimento.

a) estabelecimento é o local, privado ou público, edificado ou não, próprio ou de terceiro, onde pessoas físicas ou jurídicas exerçam suas atividades, desde que em caráter permanente, bem como onde se encontrem armazenadas mercadorias.

b) Considera-se extensão do estabelecimento o veículo utilizado em vendas fora do estabelecimento.

c) É autônomo cada estabelecimento do mesmo titular.

d) Na impossibilidade de determinação do estabelecimento, considera-se como tal o local em que tenha sido efetuada a operação ou prestação, encontrada a mercadoria ou constatada a prestação.

e) Considera-se também estabelecimento autônomo o veículo usado no comércio ambulante ou na captura de pescado.

**82.** Acerca da sujeição passiva do ICMS e de acordo com a legislação tributária do Estado de Santa Catarina, assinale a opção correta.

a) Contribuinte é qualquer pessoa, física ou jurídica, que realize, com ou sem habitualidade ou em volume que caracterize intuito comercial, operações de circulação de mercadoria ou prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação, ainda que as operações e as prestações se iniciem no exterior.

b) São contribuintes os despachantes aduaneiros que tenham promovido o despacho de mercadorias

estrangeiras saídas da repartição aduaneira com destino a estabelecimento diverso daquele que a tiver importado ou arrematado.

- c) São contribuintes os organizadores de feiras, feirões, exposições ou eventos congêneres, quanto ao crédito tributário decorrente de operações ou prestações realizadas durante tais eventos.
- d) São responsáveis pelo pagamento do imposto devido e acréscimos legais os leiloeiros, em relação às mercadorias que venderem por conta alheia
- e) todos os itens acima estão corretos.

**83.** Acerca da base de cálculo do ICMS e de acordo com a legislação tributária do Estado de Santa Catarina, julgue os itens abaixo e assinale a opção correta.

- I. Integra a base de cálculo do imposto o montante do Imposto sobre Produtos Industrializados, quando a operação, realizada entre contribuintes e relativa a produto destinado à industrialização ou à comercialização, configurar fato gerador dos dois impostos
  - II. Não integram a BC do ICMS as bonificações em mercadorias.
  - III. Integram a BC do ICMS os acréscimos financeiros cobrados nas vendas a prazo a consumidor final.
- a) Somente o item II está correto.
  - b) Somente os itens II e III estão corretos.
  - c) Somente os itens I e III estão corretos.
  - d) Todos os itens estão corretos.
  - e) Todos os itens estão incorretos.

**84.** Quando o valor do frete, cobrado por estabelecimento pertencente ao mesmo titular da mercadoria ou por outro estabelecimento de empresa que com aquele mantenha relação de interdependência, exceder os níveis normais de preços em vigor, no mercado local, para serviço semelhante, constantes de tabelas elaboradas pelos órgãos competentes, o valor excedente será havido como parte do preço da mercadoria. Sobre o tema, assinale a opção correta que traduz uma situação em

- a) uma delas, por si, seus sócios ou acionistas e respectivos cônjuges ou filhos menores, for titular de

mais de 40% (cinquenta por cento) do capital da outra.

- b) uma mesma pessoa fizer parte de ambas, na qualidade de diretor ou sócio com funções de gerência, exceto se exercidas sob outra denominação.
- c) uma delas locar ou transferir a outra, a qualquer título, veículo destinado ao transporte de mercadorias.
- d) uma mesma pessoa fizer parte de ambas, na qualidade de acionista.
- e) uma delas, por si, seus sócios ou acionistas e respectivos cônjuges ou filhos, for titular de mais de 50% (cinquenta por cento) do capital da outra

**85.** De acordo com a lei 10.297/96, a alíquota interna nas operações com gasolina automotiva e álcool carburante é de

- a) 12%
- b) 17%
- c) 25%
- d) 7%
- e) 18%

**86.** Julgue os itens abaixo e assinale a alternativa correta de acordo com a legislação tributária catarinense.

- I. O crédito será apropriado proporcionalmente, nos casos em que a operação ou prestação subsequente for beneficiada por redução de base de cálculo, na forma prevista na legislação tributária.
  - II. O direito de crédito, para efeito de compensação com débito do imposto, reconhecido ao estabelecimento que tenha recebido as mercadorias ou para o qual tenham sido prestados os serviços, está condicionado à idoneidade da documentação e, se for o caso, à escrituração nos prazos e condições estabelecidos na legislação.
  - III. O direito de utilizar o crédito extingue-se depois de decorridos cinco anos contados da data de emissão do documento.
- a) Está correto o item I, apenas.
  - b) Está correto o item II, apenas.
  - c) Está correto o item III, apenas.
  - d) Estão corretos os itens I e II, apenas.

e) Todos os itens estão corretos.

**87.** O estabelecimento ABC, indústria do ramo de sungas estabelecida em Florianópolis, adquiriu uma máquina nova para fabricar suas mercadorias pelo valor de R\$ 100.000. Além disso, no mesmo período fiscal adquiriu R\$ 30.000 de matéria-prima, um veículo novo para transporte pessoal por R\$ 50.000 e energia elétrica no valor de R\$ 40.000, que a ABC afirma ter utilizada totalmente na fabricação das sungas, porém não há laudo que comprove.

No mesmo período, vendeu R\$ 300.000 em sungas para os Estados do Paraná, São Paulo e Sergipe.

Adotando-se a alíquota de 17% para todas as operações e sabendo-se que não há desonerações do imposto, o valor que ABC pode se creditar no período é de

- a) R\$ 10.894,16.
- b) R\$ 28.900.
- c) R\$ 12.254,16.
- d) R\$ 5.100.
- e) R\$ 6.800.

**88.** O imposto é não-cumulativo, compensando-se o que for devido em cada operação relativa à circulação de mercadorias ou prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação com o montante cobrado nas anteriores por este ou por outro Estado ou pelo Distrito Federal. Sobre o tema creditamento, julgue os itens abaixo e assinale a opção correta.

I. Em regra, é vedado o crédito relativo à mercadoria entrada no estabelecimento ou a prestação de serviços a ele feita para integração ou consumo em processo de industrialização ou produção rural, quando a saída do produto resultante for isenta ou não-tributada, exceto quando se tratar de saída para o exterior.

II. Deve-se efetuar o estorno do imposto de que se tiver creditado, sempre que o serviço tomado ou a mercadoria entrada no estabelecimento vier a perecer, deteriorar-se ou extraviar-se.

III. Deve-se efetuar o estorno do imposto de que se tiver creditado sempre que o serviço tomado ou a mercadoria entrada no estabelecimento vier a ser

utilizada em fim alheio à atividade do estabelecimento.

- a) Está correto o item I, apenas.
- b) Está correto o item II, apenas.
- c) Estão corretos os itens II e III, apenas.
- d) Estão corretos os itens I e II, apenas.
- e) Todos os itens estão corretos.

**89.** Acerca da apuração, da liquidação e do recolhimento do imposto, julgue os itens e assinale a opção correta de acordo com a legislação catarinense.

I. Permite-se a apuração do imposto levando em conta o conjunto dos débitos e créditos de todos os estabelecimentos de contribuinte no Estado.

II. Permite-se a adoção de regime de apuração por mercadoria ou serviço em cada operação ou prestação.

III. Não se permite a apuração do ICMS por estimativa.

- a) Está correto o item I, apenas.
- b) Está correto o item II, apenas.
- c) Estão corretos os itens II e III, apenas.
- d) Estão corretos os itens I e II, apenas.
- e) Todos os itens estão corretos.

**90.** No que tange à substituição tributária, julgue os itens e assinale a opção correta:

I. Salvo nos casos expressamente previstos em regulamento, é vedado o aproveitamento de crédito fiscal para compensação com o imposto devido por responsabilidade.

II. A adoção do regime de substituição tributária em operações interestaduais independe de acordo específico celebrado entre os Estados interessados e o Distrito Federal.

III. Caso o fato gerador presumido se realize por valor diverso do que serviu de base de cálculo para a retenção do imposto devido por substituição tributária, cabe ao contribuinte substituto, na forma prevista na legislação em vigor, requerer a restituição da diferença, na hipótese de se realizar por valor inferior.

- a) Está correto o item I, apenas.
- b) Está correto o item II, apenas.

- c) Estão corretos os itens II e III, apenas.  
d) Estão corretos os itens I e II, apenas.  
e) Todos os itens estão corretos.

**91.** No que tange às obrigações acessórias, julgue os itens e assinale a opção correta:

I. Inscrever-se-ão no Cadastro de Contribuintes do imposto, as pessoas físicas ou jurídicas que promovam operações relativas à circulação de mercadorias ou prestações de serviços de transporte intermunicipal e interestadual ou de comunicação.

II. Ressalvados os casos previstos em regulamento, será exigida uma única inscrição para todos os estabelecimentos do mesmo contribuinte no Estado de Santa Catarina.

III. As administradoras de shopping centers, de condomínios comerciais e de empreendimentos semelhantes deverão informar, quando solicitados pela Secretaria de Estado da Fazenda, os dados relativos a bens, negócios e atividades, bem como outras informações sobre os estabelecimentos localizados no seu empreendimento, inclusive sobre valor locatício.

- a) Está correto o item II, apenas.  
b) Está correto o item I, apenas.  
c) Estão corretos os itens II e III, apenas.  
d) Estão corretos os itens I e III, apenas.  
e) Todos os itens estão corretos.

**92.** A multa para não recolhimento do ICMS, total ou parcialmente, apurado pelo próprio sujeito passivo, é de:

- a) 100% do valor do imposto.  
b) 90% do valor do imposto.  
c) 70% do valor do imposto.  
d) 50% do valor do imposto.  
e) 80% do valor do imposto.

**93.** O livro Fiscal em que são escrituradas as entradas de documentos fiscais confeccionados por estabelecimentos gráficos ou pelo próprio contribuinte usuário do documento fiscal respectivo bem como onde são lavrados os termos de ocorrência previstos na legislação tributária se chama

- a) ECF  
b) RAICMS  
c) Livro Registro de Inventário  
d) AIDF  
e) RUDFTO

**94.** Acerca dos créditos acumulados, julgue os itens e assinale a opção correta.

I. Os créditos acumulados serão utilizados prioritariamente para compensação de débitos próprios do estabelecimento.

II. Consideram-se acumulados os saldos credores decorrentes de manutenção expressamente autorizada de créditos fiscais relativos a operações ou prestações subseqüentes tributadas.

III. Não se permite a transferência de saldo credor acumulado para estabelecimentos fora do Estado de Santa Catarina.

- a) Está correto o item III, apenas.  
b) Está correto o item II, apenas.  
c) Estão corretos os itens I e III, apenas.  
d) Estão corretos os itens I e II, apenas.  
e) Todos os itens estão corretos.

**95.** A NF-e deverá ser emitida com base em leiaute estabelecido no Manual de Orientação do Contribuinte, publicado em ato COTEPE por meio de programa aplicativo desenvolvido ou adquirido pelo contribuinte. A extensão do arquivo da NF-e é

- a) .DOC  
b) .XML  
c) .TXT  
d) .NCM  
e) .NOT

**96.** O documento fiscal utilizado para acompanhar o trânsito de mercadoria acobertado por NF-e ou para facilitar a consulta da NF-e é o (a):

- a) NFE-Resumo.  
b) SPED.  
c) DANFE.  
d) CT-e.



e) MDF-e.

**97.** Acerca da Nota Fiscal de Consumidor Eletrônica (NFC-e), modelo 65, julgue os itens e assinale a alternativa correta.

I. É vedada a emissão da NFC-e nas operações com valor igual ou superior a R\$ 100.000,00, sendo obrigatória a emissão da NF-e

II. Após a Autorização de Uso da NFC-e, o emitente poderá solicitar o cancelamento da NFC-e, desde que não tenha havido a saída da mercadoria, em prazo não superior a 30 minutos, contado do momento em que foi concedida a Autorização de Uso da NFC-e.

III. Considera-se NFC-e o documento, de existência física e digital, com o intuito de documentar operações e prestações, cuja validade jurídica é garantida pela assinatura digital do emitente e Autorização de Uso pelo Fisco, antes da ocorrência do fato gerador.

a) Está correto o item I, apenas.

b) Está correto o item II, apenas.

c) Estão corretos os itens II e III, apenas.

d) Estão corretos os itens I e II, apenas.

e) Todos os itens estão corretos.

**98.** De acordo com o RICMS-SC, julgue os itens abaixo e assinale a opção correta.

I. É obrigatória a parada, nos postos de fiscalização, fixos ou móveis, mantidos pela Secretaria de Estado da Fazenda, de veículos de carga, apenas quando carregados.

II. Presumir-se-á operação ou prestação tributável não registrada, quando se constatar suprimento de caixa ainda que com comprovação da origem.

III. Quando vítima de embarço ou desacato no exercício de suas funções ou quando seja necessária a efetivação de medidas acauteladoras de interesse do fisco, ainda que não se configure fato definido em lei como crime ou contravenção, os agentes do fisco, diretamente ou por intermédio da Gerência Regional da Fazenda Estadual, poderão requisitar o auxílio da Força Pública Estadual.

a) Está correto o item III, apenas.

b) Está correto o item II, apenas.

c) Estão corretos os itens I e III, apenas.

d) Estão corretos os itens I e II, apenas.

e) Todos os itens estão corretos.

**99.** De acordo com o Regulamento de Normas Gerais de Direito Tributário do Estado de Santa Catarina, julgue os itens abaixo e assinale a opção correta.

I. Fica dispensado o oferecimento de garantia real nos parcelamentos concedidos, no âmbito da recuperação judicial, independentemente de se tratar de créditos tributários declarados, constituídos de ofício ou inscritos em dívida ativa.

II. Salvo disposição da lei em contrário, o parcelamento do crédito tributário exclui a incidência de juros e multas.

III. É obrigatória a emissão de decisão fundamentada, pela Administração Tributária, nos processos, solicitações ou reclamações em matéria de sua competência, no prazo máximo de 60 dias, prorrogável, justificadamente, uma única vez e por igual período.

a) Está correto o item I, apenas.

b) Está correto o item II, apenas.

c) Estão corretos os itens I e III, apenas.

d) Estão corretos os itens I e II, apenas.

e) Todos os itens estão corretos.

**100.** De acordo com a lei nº 5.938/81, o prazo para pagamento da Notificação Fiscal é de \_\_\_ dias, , contados da data em que for cientificado o sujeito passivo:

a) 15.

b) 30.

c) 45.

d) 60.

e) 90.

Preencha o Gabarito!

<https://bit.ly/Simulado-SEFAZ-SC-13-11>

NÃO É ASSINANTE?

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>



**Estratégia**  
Concursos

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>